

**CASOS DE GILDO MACEDO LACERDA E JOSÉ CARLOS
NOVAES DA MATA MACHADO**

COMISSÃO DA VERDADE

PRESIDENTE

DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT

25/10/2013

COMISSÃO DA VERDADE**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.****25/10/2013**

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 90ª Audiência Pública, 25 de outubro de 2013, Auditório Teotônio Vilela. Está instalada a 90ª Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, no dia 25 de outubro de 2013, às 14h na Assembleia Legislativa no Auditório Paulo Kobayashi, para oitivas em memória a Gildo Macedo Lacerda. Esclarecemos que a Comissão da Verdade pretende realizar rodas as Audiências abertas ao público.

Essa Mesa é constituída da esquerda para a direita por Emiliano José, Amelinha Teles, Tessa Moura Lacerda, Nara Lacerda Freire, Mariluce Moura e Oldack Miranda.

Então eu vou pedir para Renan Quinalha fazer a leitura do memorial Gildo Lacerda e em seguida a família preparou um vídeo para que nós possamos fazer uma retrospectiva em memória de Gildo Lacerda, então com a palavra Renan para ler o memorial de Gildo Lacerda.

O SR. RENAN QUINALHA – Boa tarde a todas e todos. Gildo Macedo Lacerda nasceu em 8 de julho de 1949 em Ituiutaba, município de Veríssimo em Minas Gerais, filho de Agostinho Nunes Lacerda e de Justa Garcia Macedo Lacerda, morto em 28 de outubro de 1973, militante da Ação Popular Marxista-Leninista. Mudou-se muito cedo com a sua família para Uberaba, Minas Gerais, estudou no Colégio Triângulo, Escola Normal, e Colégio Doutor José Ferreira onde foi Presidente do Grêmio Central Machado de Assis. Foi membro ativo e diretor do Círculo de Estudos da União da Mocidade Espírita, do Departamento de Evangelização da Criança, do programa radiofônico “Hora Espírita Cristã” e Orador da Mocidade Espírita Batuira. Fazia o programa radiofônico “Ondas de Luz” da

Comunidade Espírita de Uberaba em que refletia sobre a obra de Alan Kardec e Francisco Cândido Xavier.

Nos anos de 1965 e 1966 fez teatro amador em Uberaba, participando como sócio ativo do Núcleo Artístico de Teatro Amador. Nesse mesmo período, ainda secundarista, foi orador oficial da União dos Estudantes Uberabenses e do Partido Unificador Estudantil. Em 1967, já como ativista da Ação Popular no Movimento Estudantil, Gildo transferiu-se do Colégio Doutor José Ferreira para Belo Horizonte onde concluiu o segundo grau.

Gostava de se corresponder com estrangeiros, além disso, suas preferências eram no teatro Tchekhov; na música Antônio Carlos Jobim, Gilbert Bécaud e Frank Sinatra; na poesia Vinícius de Moraes, Moacyr Felix e Carlos Drummond de Andrade, Thiago de Melo, Evtuchenko, Pablo Neruda, e Paul Claudel.

Em 1968 ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Pouco tempo depois, em razão da intensa militância, foi excluída da Faculdade com base no Decreto Lei 477, editado em Fevereiro de 1969, também conhecido como AI-5 da Educação.

Transferiu-se para São Paulo e em seguida para o Rio de Janeiro já atuando na clandestinidade buscando fugir às perseguições impostas pela ditadura. Foi eleito Vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes na gestão 1969/1970, a última diretoria antes da desarticulação total da entidade pela repressão política. Deslocou-se em 72 para Salvador, Bahia, quando fazia parte da direção nacional da Ação Popular Marxista-Leninista. Nesse mesmo ano casou-se com Mariluce Moura.

A sua última carta para os familiares foi datada de 17 de setembro de 1973, nessa missiva manifestou sua preocupação por não receber cartas da família, acreditando em extravio de correspondência. Falou ainda de seu trabalho, do salário melhor, da saudade de todos e de uma próxima ida a Uberaba no fim do mês, despedindo-se com um “até breve”.

Gildo e Mariluce foram presos em 22 de outubro de 1973 em Salvador, no Quartel do Barbalho pelo Exército e imediatamente conduzido às câmaras de tortura. Mariluce, que estava grávida, foi libertada alguns dias depois, e não mais o viu. Gildo foi transferido para o DOI-CODI do 4º Exército no Recife onde foi torturado até a morte em 28 de outubro de 73.

A família de Gildo luta até hoje pela localização dos seus restos mortais, o esclarecimento das circunstâncias de sua morte e por um sepultamento digno, pois o seu corpo não foi entregue à família. A mãe de Gildo, Justa Garcia Macedo Lacerda deixou seu testemunho:

“Meu saudoso filho, Gildo Macedo Lacerda, foi um moço notável, simpático e justo, empreendedor e dinâmico. Vivia sempre rodeado de bons amigos e por onde passava ia sempre conquistando novas amizades, isto graças à sua afabilidade, ao seu coração magnânimo, a sua grandeza d’alma. Era amigo da paz e da justiça, seu maior desgosto era ver alguém ser pisoteado sofrendo calamidades injustamente. Era possuidor de um coração generoso e nobre, vivia sempre dando o melhor de si em prol da comunidade.

Ficamos arrasados com tudo o que aconteceu com o nosso querido Gildo. Ficamos também decepcionados com o cinismo por parte de seus algozes e pelo consentimento daquele governo déspota. Gildo foi morto como morreram todos os heróis, de cabeça erguida e consciência tranquila. Seu desaparecimento foi uma perda irreparável, não só para nós seus familiares, como para toda a nação. Sentimos até hoje uma incomensurável falta de sua presença amiga, bondosa com toda aquela gentileza que lhe era muito peculiar; como também sentimos falta de seu apoio, ele era o nosso arrimo, o nosso braço direito. Era ele quem nos orientava, nos aconselhava, resolvendo os problemas com acerto, com a orientação dele tudo dava certo.

Estou escrevendo com as lágrimas a escorrer-me pelas faces, pois até hoje eu sinto uma dor intensa, arraigante, a corroer-me as mais profundas entranhas d’alma, e esta dor, eu sei, me acompanhará até o túmulo por ter perdido o meu querido e amado filho, que foi vítima fatal da sanha daqueles bárbaros desumanos, como tantos outros, brutalmente assassinados.

Tessa filha de Gildo nascida em 1974 não chegou a conhecer o pai, só pode usar o nome paterno em 1991 após uma sentença judicial de reconhecimento de paternidade.”

Essas informações foram retiradas do “Dossiê Ditadura Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil” do IEVE.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Agora o vídeo, não é Mariluce? Quantos minutos? 10 minutos.

(exibição do vídeo)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Mariluce.

A SRA. MARILUCE MOURA – Bem, eu queria, primeiramente, fazer um agradecimento, agradecer primeiro de tudo à Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva que propiciou, que é a anfitriã desta nossa Sessão hoje aqui, nos convidou. Quando eu apresentei, quando eu falei com o Deputado Adriano Diogo que eu gostaria de comemorar de alguma forma, de marcar, os 40 anos da morte, do assassinato de Gildo, o Adriano imediatamente disse – “Mas então por que não fazemos uma Sessão na Comissão da Verdade aqui na Assembleia Legislativa, por que não marcamos essa data aqui?”.

E imediatamente o Adriano, a Amelinha Teles, o Ivan Seixas, que não está aqui hoje porque está viajando, está fora, teve que fazer um trabalho fora de São Paulo, todo o pessoal da Comissão da verdade, a Vivian, a Thaís, todo o pessoal imediatamente se mobilizou para conseguir viabilizar de fato, da melhor maneira possível, essa Sessão de homenagem hoje. Portanto eu tenho um profundo agradecimento ao Adriano, à Amelinha, e à toda Comissão da Verdade.

Eu gostaria de agradecer também ao pessoal da TV Assembleia, em particular ao Jorge Machado, acho que é Machado, é, o Jorge Machado e a Simone Burkolina, porque foram eles que permitiram que fizéssemos essa, foram eles que fizeram ,a rigor, essa pequena montagem de trechos do depoimento da Tessa aqui... quando a Comissão da Verdade ouviu os filhos, fez todas as Sessões a respeito dos filhos dos mortos e dos desaparecidos, então usando trechos da fala da Tessa ali, depois trechos do filme “Anistia” que foi feito em 1979, o filme todo se chama “Anistia 1979 DC”. E esse filme foi um ato de vontade muito forte de Rino Marconi que era meu marido na época, e do Agnaldo “Siri” Azevedo, cineasta baiano, documentarista, que morreu muito cedo, e do Timo Andrade que

também era uma pessoa de som e de cinema e de música, e que também o Timo já morreu. É impressionante como das tantas pessoas que eu devo agradecer, várias delas já se foram.

Então o pessoal da TV Assembleia se dispôs a olhar comigo, me deixar marcar trechos, eles tinham posto longos trechos da Tessa, por exemplo, mas eu achei que como ela estaria aqui hoje seria muito repetitivo, e eu queria uma coisa mais concisa mesmo e que se visse que pelas diferentes falas em diferentes épocas, por que o Senhor Agostinho, o pai de Gildo, fala ali em 1979, a Tessa fala no filme “Os 15 filhos” em 1995, e a Tessa fala de novo em 2013, portanto isso dá uma noção do quanto a gente tem transitado com a mesma luta, com a mesma insistência, com a mesma busca por memória, verdade e justiça. São 40 anos dessa busca.

E depois de agradecer à Comissão da Verdade e ao pessoal da TV Assembleia, eu gostaria muito de agradecer aos meus amigos, todos os amigos que eu vejo aqui, os amigos que vieram de Salvador, o Oldack que se dispôs a vir para dar o seu depoimento, o Emiliano José, vejo ali também a Zezé Malheiros que desde ontem anistiada política, numa belíssima de uma sessão feita na faculdade de Direito. Também aos amigos do Partido, aos companheiros do Partido, Elza Lobo, ao Anivaldo Padilha, gente que branco que está me dando, a Ângela e Elzira, amigos do Partido. Os meus amigos todos, todos os amigos de São Paulo que eu vejo por aqui, está ali o Eládio, está ali a Rita, tantos amigos, e os familiares, está ali Eliza e Chico, Eliza é minha filha do meio, Chico, o marido dela; o Bento, marido de Tessa, os sogros de Tessa, Eliana Machado e Neil Ferreira; estão ali meus amigos de São Paulo, Edu, Samuel e etc.; Marili, disse Nara aqui ao meu ouvido; Clara Charf minha amiga diletta, além de companheira de batalha. Portanto eu queria agradecer a todos os amigos e familiares pela possibilidade de a gente fazer aqui esta Sessão de memória e ao mesmo tempo de homenagem.

Na verdade quando eu pensei, no final do ano passado, nesses 40 anos eu quis muito fazer um documentário, e esse documentário se chama... Eu quis muito fazer e comecei a batalhar para conseguir tentar ver como é que eu conseguiria recursos para fazer esse documentário. A ideia desse documentário mais do que ele ser apenas um novo vídeo focando a vida de Gildo ao longo dos 24 anos, eu queria fazer um documentário que o nome fosse – “Por quê?” - e é uma pergunta, e uma pergunta estruturada na verdade sobre 4 perguntas. Eu gostaria muito que esse filme estivesse pronto hoje, por exemplo, mas enfim não adianta ser muito voluntarista, vou continuar na batalha pelo levantamento dos recursos

e quem sabe no próximo ano, quando faz 50 anos do golpe de 1964, esse filme esteja pronto. E a segunda edição do meu livro “A Revolta das Vísceras”, que tem a orelha feita pelo Emiliano José, eu possa também conseguir. Porque eu também quis fazer uma segunda edição, mas eu deixei para muito em cima da hora e o ISBN da Biblioteca Nacional só chegou hoje. Portanto para editar seriam pelo menos mais 10 dias por aí, então vamos programar isso com mais calma para próxima semana.

Mas as 4 perguntas deste vídeo que eu quero fazer, e que parecem tão óbvias, e às vezes eu acho que a gente precisa se ancorar no óbvio para entender o que é que se passou o que acontece, como é essa nossa história. As perguntas são: a primeira delas – Por que mataram Gildo Macedo Lacerda? e por que o Estado ditatorial montou uma farsa para informar a sua morte? A segunda pergunta é – “Por que Gildo, como tantos outros brilhantes jovens de sua geração, se engajou na luta contra a ditadura? Quais eram as suas motivações? Eu sou jornalista e imagino, naturalmente, desde o começo este documentário, esse vídeo, como uma longa série de entrevistas, onde através das falas de pessoas se vai tentando, pelo menos, cercar de alguma forma o tema em pauta. Então nessa pergunta – Por que Gildo se engajou na luta contra a ditadura – uma constatação muito dolorosa que eu tenho que fazer a essa altura, é que muitas das pessoas que eu queria pôr na lista para responder a essa pergunta, muitas dessas pessoas estão mortas. Por exemplo, Dona Célia, mãe de Gildo, já não poderia falar de como via o filho em suas motivações juvenis. O Senhor Agostinho também, pai de Gildo, já morreu. A irmã de Gildo, a mais velha, a Márcia que vocês veem nessas fotos com ele está com problemas, está com uma doença neurológica e dificilmente poderá me dar essa entrevista também. Um amigo muito próximo de Gildo e que também foi bastante meu amigo, Bernard Von der Weid, irmão de Jean Marc Von der Weid, faleceu em fevereiro. E assim vai, há muitas pessoas e eu vou ter que contar com os sobreviventes, entendendo que de alguma forma a minha geração é uma geração muito cheia de sobreviventes mesmo, não é?

A terceira indagação, que eu farei neste documentário, é uma indagação de reflexão sobre a própria esquerda e eu vou insistir em fazê-la mesmo temerosa em incorrer na ira de alguns dos meus antigos companheiros. E a pergunta é – Por que a Ação Popular, que era a nossa organização, pós o AI-5 manteve uma política de desestimular a saída de seus quadros mais perseguidos para o exterior, associando a busca do exílio à covardia e desistência, à tibiez ideológica e política, em vez de entender isso como via de proteção às vidas em risco? Por que manteve esse viés na condução política do Partido, travestindo de

coragem e firmeza ideológica, mesmo quando a repressão se tornou muito mais intensa e violenta, a partir de 1971, em vez de proteger seus militantes? Eu me sinto em pleno direito de fazer essa pergunta porque muitas vezes quando, em 1973, eu sentei para conversar com o Gildo sobre o que deveríamos fazer, sobretudo a partir de junho de 1973, quando nós tivemos as primeiras notícias de que estava havendo quedas seguidas de militantes do Partido, eu sentei com Gildo para perguntar por que nós não podemos sair do Brasil? Por que nós não podemos partir, sei lá, para França, para onde for?

E o Gildo tinha, naquele momento, uma visão, ele tinha uma convicção muito grande de que não era o caso, que seria mais difícil, e que caso nós caíssemos, caso ele fosse preso, como ele era dirigente regional ele seria... As razões que dariam para prisão dele e etc., não dariam mais de 2 ou 3 anos de prisão, e que depois disso ele poderia voltar a uma vida legal. Portanto ele tinha uma visão mais otimista até mesmo do que a minha a respeito do que poderia suceder conosco quando as perseguições começaram. E se depois, foi informado de alguma forma... Se depois se disse que já, desde 1972, o Partido tinha conhecimento de que todos os dirigentes que fossem regionais, ou militantes mais destacados, que fossem presos seriam assassinados, Gildo não tinha essa informação, não tinha, ele não sabia disso, ele achava efetivamente que ele pegaria, no máximo, de 2 a 3 anos de prisão. E ainda brincava comigo – “mas você me espera, querida” - e eu dizia - espero claro, sim - mas eu não partilhava muito dessa visão. E aí claro eu vou ouvir fundamentalmente militantes de AP sobre essa terceira indagação.

E a minha última pergunta é – Por que não devolveram o corpo de Gildo aos familiares? Não deram atestado de óbito reconhecendo oficialmente a morte, e desta forma tornaram ainda mais cruéis os sofrimentos a que submeteram os familiares? Portanto eu realmente pretendo ir atrás dessas indagações como um trabalho que é quase a minha contribuição como militante que fui de Ação Popular, como mulher de Gildo, apaixonada, absolutamente apaixonada que fui por ele, e como uma pessoa que por uma razão de... e como jornalista porque eu acho que devo também profissionalmente essa investigação para deixar para memória e para história.

Eu gostaria depois falar desse vídeo, deixar aqui, embora hoje nós estejamos falando tanto de morte e lembrando momentos tão duros e dolorosos, eu também gostaria de falar brevemente um pouco, trazer um pouco de memória mais de vida, mais de alegria. Porque a minha vida com Gildo, nós vivemos juntos na mesma casa por um ano, foi um

casamento curto e absolutamente intenso, teve também muitos momentos de muitas, muitas alegrias. Portanto nessas memórias mais pessoais, eu queria partilhar um pouco alguns retalhos que permanecem todo o tempo, e de alguma forma me estruturam também como pessoa. Assim ao lado daquele companheiro que era extremamente inteligente, estudioso, generoso, um militante disciplinado, afora todas essas características que eu via em Gildo, eu via também um homem absolutamente apaixonante. Eu fico pensando hoje que nós vivemos juntos quando ele tinha de 23 a 24 anos, e, no entanto a minha sensação, a minha percepção sobre Gildo é de um homem muito mais maduro, e de alguma forma isso bate com o depoimento de Dona Célia quando ela diz, e de Senhor Agostinho, quando diz que ele era a pessoa que aconselhava, que resolvia os problemas, que encaminhava. Então ele era uma pessoa de extrema maturidade era uma pessoa assim de extrema gentileza e bom humor, uma figura realmente...

E aí só para lembrar algumas dessas memórias que eu acho possível compartilhar e que, por exemplo, quando eu escrevi em 1980, eu comecei a tentar escrever alguma coisa sobre essa história desde sempre, desde que eu estava presa. Na verdade eu fiquei presa, depois que me informaram sobre a morte de Gildo, o capelão me informou no dia 1º de novembro de 1973, deu a notícia no jornal, uma notícia exatamente essa aqui, essa era a página do “Jornal do Brasil” que me levaram, então quando eu fui informada e me deram essa notícia ainda passei ali... era 1º de novembro e eu só fui liberada em 03 de dezembro, apesar de eu estar grávida, apesar de eu estar sozinha foi assim mesmo, foi bem barra pesada, bem desestruturante, mas desde lá eu tentava escrever. E como no primeiro momento as coisas que eu escrevi entraram no quarto e levaram, eu consegui pegar folhas, algumas folhas de papel que vinham em meus livros, nos livros que me mandavam para ler, e deixar embaixo do colchão, e eu salvei alguns desses escritos, só que eu nunca tive coragem de ler esses escritos. E quando, por exemplo, nós estávamos procurando papéis para entregar ao advogado para entrar na Comissão da Anistia, eu falei ao advogado o seguinte – olha você lê, eu não tenho condição ainda de ler, mesmo depois de 30 anos de análise.

Mas enfim eu gostaria de lembrar de algumas coisas um pouco mais pessoais. Então em minha memória, por exemplo, há alguma coisa que jamais vai se apagar que é o dia muito feliz em que eu estava no “Jornal da Bahia” de noite e Silvia que também já morreu, era um companheiro, Silvia Coutinho e Valmir de Oliveira. Nessa noite a Silvia me ligou e disse – “O Gildo está esperando na nossa casa (a casa dela e de Valmir) para aquela

nossa reunião e tal, e eu não vou poder ir “– a Silvia estava na Tribuna, e ela disse – *Então...* – é o Valmir também morreu – “Então eu preciso que você vá lá antes que Gildo se mande e não entenda o que aconteceu, vá lá e converse com ele, diga que a gente não vai poder ir porque Valmir tem que dar aula e eu tenho que dar plantão na “Tribuna” até não sei que horas e tal”. E aí eu achei muito legal a possibilidade de ir lá sozinha encontrar o Gildo. Eu tinha conhecido o Gildo no dia 11 de junho de 1972, ele estava em Salvador numa coisa de reorganização da AP Marxista-Leninista, que era a AP que não tinha se fundido com o PCdoB, era ala do Partido que não ia se fundir com o PCdoB e queria continuar separada mesmo, e a missão de Gildo era uma reorganização dessa ala do Partido, na área ali. E então eu, que tinha me afastado do Partido em 1971, em 1969, 1970, em 1970 eu fiquei assim um pouco hippie, fiquei sem querer saber muito de Partido e aí eu tinha voltado a procurar o Partido, e tinha acontecido esse racha, e o Gildo tinha chegado na cidade e eu me propus a encontrá-lo.

E como ele era clandestino, eu me propus que ele fosse à casa de meus pais na festa de aniversário de meu irmão mais novo que eu. Só que eu tinha passado a tarde na maior farra na faculdade, e tinha tomado bastante cerveja, portanto eu estava muito loquaz e tal , e quando chegou aquele homem de 1,92m tremendo olhos verdes na minha frente eu disse assim – “Meu Deus do céu, você é muito mais bonito do que me disseram”. Bem e aí nós ficamos ali por algum tempo como companheiros de Partido mesmo, e tal, mas em agosto nós começamos a namorar porque a gente estava perdidamente apaixonado mesmo.

E essa memória eu me lembro saindo do “Jornal da Bahia”, na Barroquinha em Salvador, e indo muito depressa, muito depressa mesmo para o Garcia, perto do Campo Grande, onde era a casa de Silvia porque eu precisava encontrar Gildo lá antes que ele fosse embora. E aí ele abriu a porta lá de casa de Silvia e disse – “E os outros ?” – e eu disse – Os outros não vêm – ele disse - “Então sente” – ele estava sentado na rede e disse – “sente aqui na rede“- eu disse – mas na rede vai fica meio estranho e tal. Aí ele sentado na rede disse – “Não , você se segura aí de um lado que eu me seguro aqui de outro”. Enfim, então ficamos conversando na rede, mas na rede escorregava muito, uma situação meio estranha, e eu disse – vamos sair para tomar uma cerveja? E daí fomos realmente tomar uma cerveja e ele me perguntou – “eu soube que você tem 3 namorados?”. Eu disse – Não, é mentira, eu só tenho 2, mas um fica em São Paulo e o outro mora na Bahia, portanto não tem muito problema isso. Enfim, mas nós começamos por aí nessa brincadeira, nessa conversa, e a

conversa adentrou a noite e nós voltamos para casa de Silvia, naturalmente era a casa de nossos amigos e dormiam cada um em seu lugar, separados.

Mas no dia seguinte eu me lembro que eu saí da casa de Silvia e precisava ir na casa de meus pais que era no Lobato porque eu precisava ir trabalhar, e me lembro de esperando o ônibus bem na frente do quartel do Forte de São Pedro, que onde depois eu ficaria presa, e ali na frente esperando o ônibus eu pensava assim – “Nossa! Realmente aquela história que diziam que a gente está andando sobre as nuvens e dando cabeçadas nas estrelas é verdade”. E de fato com toda a tensão que nós passamos foi uma vida, desse ponto de vista do afeto, extremamente feliz. Eu me lembro muito de Gildo entrando assim, eu adorava olhar ele entrando com os cabelos mais ou menos longos, e entrando no corredor antes de chegar a nossa casa, na Boa Viagem. Lembro todas as tarefas domésticas que nós dividíamos, ele então cozinhava bem melhor do que eu, porque eu era um desastre na época, hoje até sou uma boa cozinheira, mas na época era um horror. Lembro muito dele no carnaval de 1973 vestindo uma túnica linda que o Moacir que era amigo do Tuzé de Abreu e do Valmir Oliveira tinham emprestado.

E claro que me lembro da última imagem de Gildo, que é uma imagem triste, que é nós dois na Superintendência da Polícia Federal no dia 22 de abril, 22 de outubro, 22 de abril por que é o descobrimento do Brasil e 22 puxa o abril logo, e eu muito preocupada porque ele estava com um problema que estava infeccionando no pé, tinha tido de fato um...

Nós fomos na fazenda, aquela carta que Dona Célia fala, no fim do mês de setembro de fato nós fomos à fazenda encontrar os pais dele, e eu estava muito preocupada porque um bicho de pé tinha infeccionado e o pé dele estava muito inchado mesmo. E eu insistindo com o Coronel Luiz Artur quando podia, quando pude, para manda-lo a uma clinica para ver o pé e tal. Neste dia 22 de outubro ali estavam também Oldack, estava Nadja Miranda que tinha sido presa exclusivamente porque tinha guardado uma mala de documentos minha e do Gildo, era colega e amiga minha de faculdade e tal, estava Odívia Rosa, Odívia era estudante, o que eu sabia é que ela era namorada do Oldack, era isso que me diziam; portanto estava você, Odívia, o Antônio, que não sei o sobrenome dele, e passamos toda a tarde ali na Policia Federal e às 10h da noite eu vi quando Gildo foi levado, num segundo trocamos ali o olhar, quando Luiz Artur falou que estava mandando ele ao (*ininteligível*) para ver o problema do pé. E aí eu nunca mais o vi e o resto é essa história dramática que vocês já tiveram noticia.

Então para concluir eu gostaria de dizer que, com todos os sofrimentos e com todas as dores, o legado de Gildo, para mim, pessoal, um legado assim da... Primeiro da extrema possibilidade das relações amorosas, eu acho que se constroem mundos assim extraordinários através das histórias amorosas; segundo é um legado de extrema generosidade, aquela generosidade que vai até o limite mesmo da vida. E o legado também é um belíssimo de um legado na forma de pessoas, da Tessa, minha filha, e que foi de fato estar grávida de Tessa me manteve viva, eu digo isso sempre. Estar grávida de Tessa foi uma força fundamental e ao lado da força que a família, a minha família e a família de Gildo, e que os amigos, os meus muitos amigos, entre os quais eu lembro assim com imenso agradecimento o Abade do Mosteiro de São Bento, Dom Timóteo Amoroso. Porque quando eu estava assim no mais fundo do poço, eu ia ao Mosteiro de São Bento e Dom Timóteo sentava para conversar comigo e de fato ele era uma pessoa com tamanha capacidade de acolhimento e de amor e de sabedoria, era uma pessoa sábia que eu saía do Mosteiro de São Bento, eu não era religiosa, mas eu saía do Mosteiro de São Bento reinvestida de vida de alguma forma. Portanto os amigos foram muito, muito importantes, nessa possibilidade de sobreviver.

Mas o legado mais forte veio assim da Tessa, eu grávida, ali esperando, e que depois se multiplicou em coisas maravilhosas como a minha neta Nara, Alice, e Fabiano. E claro que ao reconstituir minha vida como eu acreditava sempre, sempre na possibilidade de que os filhos são uma força da vida, contribuiu também para minha travessia os meus outros filhos, Eliza que está ali com Chico, e Tiago Marconi que não está aqui por que está viajando, está em Recife, mas que está disposto a fazer este vídeo comigo e é isso.

O que eu gostaria de deixar para vocês é essa, o que eu gostaria de homenagear Gildo hoje era nesse sentido que, tanto do ponto de vista político e quanto do ponto de vista pessoal, e principalmente do ponto de vista pessoal, se algum amigo me dissesse como me disseram – “Como assim você tendo uma vida legal vai casar com uma pessoa que tem uma vida clandestina? Isso é um tremendo de um risco, você está pondo a sua vida em risco total” – eu de novo, de novo, e de novo, me casaria com Gildo. É isso. (palmas)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Tessa

A SRA. TESSA MOURA LACERDA – Acho que minha mãe agradeceu a maior parte das pessoas que está aqui, eu só queria agradecer também a Faculdade de Filosofia, o Departamento de Filosofia que está representado pelo meu colega Professor Milton. Bem, eu vou ler um texto porque acho que as minhas falas vocês já viram nos vídeos e eu como Professora de Filosofia vim munida com texto para falar, para homenagear meu pai Gildo.

Eu gostaria de começar citando um trecho da Tragédia “Antígona” de Sófocles:

“Dizem que Creonte proclamou a todos os tebanos a interdição de sepultarem ou se quer chorarem o desventurado Polinices: sem uma lágrima o cadáver insepulto irá deliciar as aves carniceiras que hão de banquetear-se no feliz achado”.

Assim explica Antígona a sua irmã Ismene o que aconteceu a um de seus irmãos, Polinices. Na tragédia escrita por Sófocles no Século V antes de Cristo, os irmãos Polinices e Etéocles morrem em uma guerra civil. Um guiando o exército Tebano, o outro, Polinices, o de Argos. Julgado traidor pelo tirano Creonte, que assume o poder de Tebas, Polinices deve permanecer insepulto, nas palavras de Creonte e eu vou citar: “A Polinices, quanto a ele foi ditado que cidadão algum se atreva a distingui-lo com ritos fúnebres ou comiseração; fique insepulto seu cadáver e o devorem cães e aves carniceiras em nojenta cena.”. Fim de citação.

Neste mês de outubro de 2013 faz 40 anos que meu pai Gildo Macedo Lacerda foi torturado até a morte sob o governo ditatorial brasileiro. E eu agradeço a minha mãe por ter feito uma narrativa um pouco mais leve porque para mim essas coisas não são muito leves, não são nada leves. 40 anos atrás a irmã mais velha de Gildo, minha tia, Márcia Lacerda Alves viu o Jornal Nacional anunciar a morte de seu irmão, em um suposto tiroteio no centro da cidade de Recife, na esquina da avenida Caxangá com a rua General Polidoro. Segundo a versão mentirosa oficial, Gildo que havia sido preso em 22 de outubro de 1973 e José Carlos, também preso, delataram um encontro que aconteceria entre ele e um terceiro companheiro de codinome Antônio; este, percebendo a emboscada atirou em Gildo que morreu no local. Poucos dias depois, minha mãe, então presa em Salvador, receberia a notícia da morte de seu marido pelo capelão do exército, como ela disse, que lhe entregou a notícia que saiu no jornal.

A farsa da versão oficial, o “Teatro da Caxangá” ou a prática do “Teatro dos Mortos”, além de encobrir os bárbaros assassinatos sob tortura de Gildo e José Carlos, tentou encobrir o assassinato de Paulo Stuart Wright ao se referir a “Antônio”, que teria conseguido fugir.

Essas informações eu sei de cor há nem sei quanto tempo. Na tentativa de reconstruir a história de Gildo eu decorei as palavras que narram a sua morte, ainda que sua morte tenha de fato ocorrido na tortura a que ele foi submetido. O que eu não consigo por nada gravar em minha memória é o nome das valas e dos cemitérios por onde passou o corpo morto de Gildo. Por meio de pesquisas no DOPS de Pernambuco, o grupo Tortura Nunca Mais em Recife e particularmente uma pessoa, Amparo, descobriu em 1991 que o corpo de Gildo foi necropsiado no necrotério público de Santo Amaro, em Recife para onde foi encaminhado pelo Delegado Jorge Tasso de Souza. O corpo ficou inicialmente em caixão lacrado e foi enterrado como indigente no Cemitério da Várzea em Recife. Os restos mortais de Gildo foram, em seguida, transferidos para uma vala comum no “buraco do inferno”, assim chamado. E em 1986 para uma outra vala comum com ossadas de pessoas mortas desde 1945 no cemitério Parque das Flores. Essa última vala, numa triste alusão à Tragédia de Sófocles, uma vala a céu aberto.

Antígona não cede à irmã Ismene, ela se recusa a obedecer ao édito do tirano Creonte, realiza os ritos jogando sobre seu irmão em sepulto uma fina camada de terra com suas próprias mãos, porque para Antígona as leis do tirano ferem as leis dos deuses. As leis de um governo tirano são leis injustas e por isso devem ser desobedecidas. Ela diz (Antígona):

– “Zeus não foi arauto delas para mim, e nem essas leis são ditadas entre os homens pela justiça. Não me pareceu que tuas determinações, Creonte, tivessem força para impor aos mortais até a obrigação de transgredir normas divinas, não escritas, inevitáveis. Não é de hoje, não é de ontem, é desde os tempos mais remotos que elas vigem, sem que ninguém possa dizer quando surgiram.”. Fim de citação.

Contra o tirano Creonte que define a justiça como as leis particulares instituídas por seu regime particular, como os Atos Institucionais de nossa ditadura, Antígona considera que a justiça é universal e atemporal. Há 25 séculos a filosofia debate a questão da justiça, em linhas muito, muito gerais pode-se dizer que há aqueles que afirmam a justiça como uma

verdade universal e atemporal, derivada dos deuses, de Deus, ou da razão humana. A justiça, nesse caso, porta uma necessidade, ela deve valer em qualquer tempo e lugar. De outro lado há os filósofos que consideram que a justiça é produto da convenção humana e, como tal, é sempre contingente particular já que enraizada em governos particulares. Mas o fato que quer concebamos a justiça como uma verdade atemporal e universal, quer a concebamos como efeito de leis particulares, mesmo entre os defensores de uma justiça que só existe por consenso, que é contingente, produto de seu tempo particular, é muito difícil dar razão para uma lei como a lei de Creonte. Mesmo para quem defende a justiça como pura convenção é difícil explicar uma lei que obriga a deixar um irmão insepulto, ou uma lei que justifica a prisão e morte arbitrária de pessoas que se opõem ao regime que está no poder. Porque como diz o adivinho Tirésias, ao advertir o tirano Creonte, deixar que um morto jaza insepulto é matá-lo novamente - “Não firas um cadáver”- exclama Tirésias, e ele questiona - “Matar de novo um morto é prova de coragem?”.

Recusar os ritos fúnebres a uma pessoa não é apenas uma injustiça, é uma monstruosidade! É nos retirar nossa humanidade. Aquilo que nos distingue enquanto seres humanos é desumano, e inumano.

Na primeira aparição do coro na Antígona de Sófocles, o coro exalta a capacidade do homem, eles dizem – “Há muitas maravilhas, mas nenhuma é tão maravilhosa quanto o homem. Home de engenho e arte inesgotáveis. Soube aprender sozinho a usar a fala e o pensamento mais veloz que o vento”. Na versão de Antígona feita pelo dramaturgo alemão Bertold Brecht já no século XX, e que se inicia com um prólogo no qual duas irmãs veem o seu irmão desertor assassinado por um soldado da SS de Hitler, durante a Segunda Guerra Mundial, Brecht mostra quão longe pode ir o homem quando não reconhece os limites da humanidade e, nas palavras dele, pisa implacavelmente sobre os demais. Pisa nos demais, eu digo, quando impõe uma morte na morte, negando os ritos fúnebres a um morto, negando que os familiares pranteiem o seu ente querido, negando o direito humano de dar um túmulo a um pai, a um marido, a um filho, a um irmão. Direito humano de seguir em frente depois de uma morte inexplicável, incompreensível, seguir em frente, eu digo, sem o peso insuportável da responsabilidade de não ter dado ao seu parente um enterro digno.

Quando o homem, capaz de mil maravilhas, nega ao seu semelhante a possibilidade de ser humano e cumprir os ritos fúnebres como um dever para com seu familiar, ele nega a própria humanidade. Como diz Brecht, eu cito – “O homem não leva

em conta o que é realmente humano, e assim converte-se ele mesmo em um monstro prodigioso”.

Por isso nessa homenagem ao meu pai, avô de meus filhos, marido de minha mãe, que ficou viúva aos 22 anos, queria também fazer um apelo à sociedade brasileira, eu falo sociedade porque quero que seja um apelo amplo, deixe-nos enterrar nossos mortos. O que a ditadura brasileira fez não é apenas uma injustiça, é uma monstruosidade! Deixem-nos enterrar nossos mortos, prantear nossos pais, filhos, maridos, amigos, companheiros. Deixem-nos cumprir o dever imemorial e humano de enterrar nossos entes queridos. É o mínimo que podemos fazer por pessoas que lutaram para que vivêssemos em uma democracia, o direito de fazer e dizer o que julgamos melhor desde que dentro das leis democráticas instituídas.

Nós queremos que conste a *causa mortis* no atestado de óbito de Gildo Lacerda, que nós conseguimos com a Lei 9.140 em 1995, mas que a *causa mortis* está em branco, porque assim ficara posto que ele morreu pelas mãos de um Estado ditatorial e jamais traíndo seus companheiros, como a farsa da versão oficial quer colocar. Nós queremos que se identifique os restos mortais de Gildo porque assim poderemos fazer os ritos que seus pais não puderam e dar ao meu pai o mínimo que se podia dar diante do que ele nos deu em nome da democracia, sua vida .

Queremos que todos os arquivos da ditadura sejam abertos, e ainda há arquivos fechados, como revelou a “Folha de São Paulo” em 21 de outubro de 2013, ao relatar a microfilmagem que o serviço de informações da Marinha, o CENIMAR, fez entre 1972 e 1974. O nome de Gildo constava de uma lista de militantes e dirigentes de organizações de esquerda que deveriam ser presos e assassinados, e que foi mostrada ao líder camponês Manoel Conceição em 1972, quando ele estava preso no CENIMAR e no DOI-CODI do Rio de Janeiro, como apurou Otto Filgueiras que está aqui. Queremos que todos esses arquivos possam ser livremente acessados, queremos entender porque Gildo foi morto, porque não basta saber que ele lutava contra a ditadura, queremos reconstruir, reconstituir sua vida.

Deixe-nos enterrar nossos mortos e realizar o luto necessário. Deixe-nos enterrar nossos mortos para dar significado à vida deles e para esclarecer para toda a sociedade esse que é um ponto muito obscuro de nossa história. É isso. (palmas)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – A Nara vai falar.

A SRTA. NARA LACERDA FREIRE – Gildo Macedo Lacerda, meu avô, nasceu em Ituiutaba, Minas Gerais, em 8 de julho de 1949, e morreu aos 24 anos em Recife, no final de outubro de 1973, provavelmente no dia 28, assassinado pelas forças da repressão da ditadura civil e militar que dominou o país por longos 21 anos, de 1964 a 1985. Liderança no Movimento Estudantil no qual começou a atuar ainda na adolescência, Gildo tornou-se, em 1967, militante da Ação Popular AP organização de esquerda a origem católica que posteriormente transitou para uma posição Marxista-Leninista - APMML.

Na Universidade Federal de Minas Gerais onde iniciou em 1968 o curso de economia na Faculdade de Ciências Econômicas, Gildo participou do Diretório Acadêmico-DA, atuou no Diretório Central dos Estudantes-DCE, e foi um dos delegados mineiros no 30º Congresso da UNE – União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna, São Paulo, dissolvido pelas forças da repressão com a consequente prisão de todos os seus participantes. Depois da prisão no Congresso da UNE, Gildo foi conduzido para Belo Horizonte junto com outros estudantes mineiros onde ficou encarcerado por mais 30 dias. Depois de liberado, Gildo retomou a militância em AP e ajudou a reorganizar a União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, e participou da continuidade do 30º Congresso da UNE, realizado clandestinamente e que elegeu Jean Marc Von der Weid era Presidente da entidade. Por causa da repressão da ditadura que prendeu dezenas de militantes da AP em junho e julho de 1969, em Belo Horizonte, Gildo mudou-se para o Rio de Janeiro onde foi eleito Vice-Presidente da UNE em gestão de Honestino Monteiro Guimarães.

Em 1970, em razão de sua militância política, teve o seu direito de estudar cassado pelo Decreto 477 editado em fevereiro de 1969 pelo Marechal Arthur da Costa e Silva. Obrigado a viver e atuar na clandestinidade, Gildo foi deslocado pela direção da AP para São Paulo, onde continuou desempenhando o papel destacado na UNE, tendo realizado reuniões da entidade na capital paulista, em Curitiba, no Paraná, e em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Em 1970 ocorrem novas prisões da AP no ABC paulista, com sua segurança ameaçada em São Paulo, Gildo voltou para o Rio de Janeiro.

No início de 1972 a Ação Popular vivia um debate interno sobre o caráter da sociedade brasileira e os rumos da luta contra a ditadura. Uma das correntes identificava a sociedade brasileira como predominantemente feudal, e por essa razão, defendia a guerra popular prolongada à maneira chinesa. Outra corrente entendia que o Brasil era uma

sociedade capitalista, ainda que periférica, e por isso defendia a implantação do socialismo no país por meio de uma luta popular com a participação, principalmente, dos operários e do povo das cidades.

Gildo vinculou-se a segunda tendência, chamada à esquerda de AP e foi transferido para Salvador, Bahia, onde passou a integrar a direção regional do Partido no Estado. Em Salvador, conheceu, em junho de 1972, a jornalista Mariluce de Souza Moura, minha avó, então com 21 anos, um mês depois, começaram a namorar e 3 meses depois casaram. Em sua última carta para a família datada, de 17 de setembro de 1973, Gildo manifestou sua preocupação por não receber cartas dos pais e irmãs, acreditava em um extravio de correspondência. Falava também de seu trabalho, ele vivia e trabalhava em Salvador, clandestinamente com o nome de Cássio Oliveira de Alves, e de melhoria no salário e de uma próxima ida a Uberaba no fim do mês. No dia 22 de outubro de 1973, em Salvador, por volta do meio-dia, Gildo foi preso ao sair de sua casa. Na mesma hora, Mariluce que estava grávida de um mês, foi presa em frente ao Elevador Lacerda em pleno centro de Salvador. No dia 1º de novembro Mariluce foi informada da morte de Gildo que ocorrera provavelmente no dia 28 de outubro. Depois de libertada, no dia 3 de dezembro de 1973, Mariluce tentou sistematicamente recuperar o corpo de Gildo, em seu depoimento e no seu julgamento na Auditoria Militar exigiu a devolução do corpo à família, contratou um advogado, estabeleceu contatos com a Igreja e em janeiro de 1974, quando conseguiu viajar a Uberaba para encontrar os pais de Gildo, Agostinho Nunes Lacerda e Célia Macedo Lacerda, estes se juntaram a ela na luta pela devolução do corpo.

Mariluce travou também sua batalha judicial que se arrastou por 15 anos pelo reconhecimento de paternidade de sua filha. A Comissão Especial formada pela Lei 9140 de 1995 reconheceu por unanimidade, em 18 de janeiro de 1996, a responsabilidade do Estado pela morte de Gildo Macedo Lacerda.

Hoje Gildo tem três netos, eu Nara, Alice e Luiz Fabiano Lacerda Ferreira, meus irmãos. O pai de Gildo, Agostinho, faleceu em 1986 sem ver reconhecida a responsabilidade da União pela morte do filho; sua mãe, Célia, faleceu em 2005 sem ter enterrado o filho; suas irmãs Márcia e Maria Aparecida vivem em Uberaba.

Em 1979 um filme curta metragem “Anistia 1979 DC”, a respeito do assassinato de Gildo e de José Carlos, foi realizado por iniciativa de meu avô Rino Marconi então casado com Mariluce. Aginaldo “Siri” Azevedo e Timo Andrade dividiram com Rino a

direção e a produção do filme. Além de seu caráter de documento e de denúncia o filme deveria ser mais uma peça para sensibilizar as autoridades em relação à devolução do corpo de Gildo à família, em vão. Em 1982, Mariluce lançou pela Codedri um romance “A Revolta das Vísceras”, premiado um ano antes pela Editora José Olympio, uma ficção que recria o clima das perdas sofridas por sua geração em razão do brutal assassinato de jovens militantes políticos.

Gildo foi homenageado com o diploma e a medalha de honra UFMG ex-alunos, em 2008, com a Medalha do Tributo à Utopia em 31 de março de 2004, ocasião na qual foi inaugurada uma escultura em sua homenagem, perto da Reitoria da UFMG, com a medalha Major Eustáquio, fundador de Uberaba, numa proposta de mandato do Vereador Lauro Guimarães em 1º de maio de 1993, e pelo Diretório Central dos Estudantes da FIUBE, hoje UNIUBE, quem em 24 de outubro de 1980 passou a se chamada de DCE Gildo Macedo Lacerda. (palmas)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Tessa, que menina maravilhosa. Oldack Miranda.

O SR. OLDACK MIRANDA – Eu também tenho um texto, mas não sei se eu vou ler tão bem quanto ela. (Risos).

Dia 22 de outubro de 1973. Apesar da bruma do tempo, eu me lembro, saía do apartamento à avenida Dendezeiros, lá na Baixa do Bonfim, em Salvador, e na calçada fui barrado por policiais à paisana, me deram voz de prisão e me levaram para a Superintendência da Polícia Federal no Comércio. Antes, subiram ao apartamento no primeiro andar, ensaiaram uma busca, assustaram meus irmãos menores de idade, foram direto ao meu guarda-roupa e descobriram um envelope com textos políticos da Ação Popular. Foi como se eles soubessem, de antemão, da existência do envelope.

Havia mais presos na sala na polícia, Nadja Magalhães Miranda, Mariluce Moura, Gildo Macedo Lacerda, Odívia Rosa. Ofereceram almoço e presentido dias difíceis, aceitei. O agente ainda fez uma observação: “Você está muito calmo, normalmente os presos não aceitam o almoço”. Minha aparência era de calma, mas a angústia, o medo do que

poderia vir, um horroroso sentimento de culpa por me deixar prender, envolver a família, o coração saindo pela boca, uma tristeza imensa.

Difícil precisar as horas, na parte da tarde um sujeito levantou ligeiramente a venda, estava vendado, e pude enxergar uma farda verde, era a sede da Polícia Federal, mas estava nas mãos do Exército Brasileiro. Passados anos soube que era o Coronel Luiz Artur de Carvalho, Superintendente da Polícia Federal na Bahia, na verdade, estava nas mãos do DOI da 6ª Região Militar, a repressão!

Eu queria parabenizar, antes de continuar a leitura, o Deputado Adriano Diogo e cumprimentar o pessoal da Mesa, todos os integrantes, os amigos, os familiares de Mariluce, cumprimentando a Tessa que conheci na barriga da mãe e depois novinha na casa de Rino e Mariluce, lá na Preguiça no Rio Vermelho, na casinha do Rio Vermelho, Beco do Mingau.

Naquele dia da prisão eu respondi formalidades e preenchi papeis, já era noite quando fui levado ao Quartel do Barbalho, uma construção secular, com celas de paredes úmidas e grades com grossas barras de ferro, uma cama, um colchão, e no canto uma lata de querosene como vaso sanitário. Deram-me papeis e queriam que eu escrevesse nomes, locais, informações de pessoas que eu havia convivido em 1969, 1970, 1971, e estávamos em 1973, foi uma longa noite. Pela manhã, me fizeram atravessar o pátio do quartel, encapuzado, me empurravam, subi uma rampa e passei a ser interrogado numa sala. Um soldado depois me disse que era o refeitório dos oficiais e o rádio em volume alto era para abafar os gritos, já que havia uma rua vizinha ao quartel. Foi um dia de terror: pontapés, socos, e me fizeram subir naquelas latinhas que cortavam os pés.

O interrogatório não durou muito tempo, logo me trouxeram de volta à cela medieval, foi então que vi Gildo Lacerda sendo empurrado, encapuzado com muita violência em direção ao pátio, tinha uma ferida no pé muito inchado que o fazia mancar, e eles o empurravam brutalmente para que sentisse dor. Já era tortura a maneira como o empurravam. Reconheci Gildo Lacerda porque eu tinha me encontrado com ele em Salvador, e com Mariluce também, ele próprio tinha me passado os textos da Ação Popular, os dois sentados num banco de jardim no Largo de Roma.

Com o tempo a memória se turva, não sei mais com exatidão quantos dias fiquei naquela cela do Quartel do Barbalho. Sei que um dia me deixaram tomar banho, vestir

roupas limpas, e me obrigaram a entrar num camburão para a Base Aérea da Aeronáutica, integrada ao Aeroporto de Salvador, Dois de Julho. Algemado, com uma blusa cobrindo as algemas, porque havia civis no pequeno avião da FAB, fui levado para Recife. Do aeroporto de Recife, encapuzado, fui transportado no chão de uma Rural Willys, para uma dependência militar, mantido incomunicável, até que começaram os interrogatórios sob tortura. Dependuraram-me no pau-de-arara, fixaram fios em meu saco e ligaram a maquininha de choques, uma coisa indescritível. Aquilo me fazia abrir a boca involuntariamente e aparentar uma risada e eles ficavam mais descontrolados, e aumentavam as cargas: “Você nos escapou de falar sobre o Vale do Pindaré-Mirim, mas agora você vai falar”.

Portanto eu estava ali em outubro de 1973, e estava sendo torturado não para falar de minhas ligações com Zé Carlos e Gildo, mas por pura vingança, queriam que eu falasse de pessoas que eu tinha convivido na mata do Maranhão de 1969 a 1971, nem se eu quisesse falar, passei anos fazendo um esforço brutal para esquecer nomes e locais. Em novembro de 1971, tendo chegado aos limites de minha resistência pessoal, deixei o trabalho camponês do Vale do Pindaré-Mirim, depois de duas malárias e de ter, num ponto em São Luiz, ganho um real, um cruzeiro, como indigente, imagina a penúria, a ideia da pessoa que passou que me deu dinheiro, eu sentado na calçada.

Desci para Salvador, onde reencontrei meus pais, me mantive na clandestinidade por solidariedade de familiares baianos, tios, primos, até que decidi, em 1972, me apresentar para cumprir os 6 meses de prisão a que fora condenado à revelia em Minas Gerais, no mesmo processo que Gildo Lacerda também foi denunciado. Minha mãe havia feito um acordo com um general que tinha sido colega dela de escola, em Barbacena. Fizeram um acordo. Eu me apresentaria para cumprir a pena e iria direto para a Penitenciária de Linhares em Juiz de Fora, sem passar pelo DOPS mineiro, e assim foi feito. Cumpri parte da pena na penitenciária e parte em domicílio dos tios em Barbacena, com a obrigação de me apresentar semanalmente na Delegacia de Polícia, mas como estávamos no auge da ditadura militar, havia sempre o risco de me levarem a interrogatório. Então fui exercitando a memória ao contrário, não para lembrar, e sim para esquecer nomes e locais. Funcionou, porque no desespero da tortura no Recife, não conseguindo me lembrar de nomes de militantes camponeses, passei a inventar, descrever pessoas que não existiam, com nomes que não existiam, em locais ermos da mata do Vale do Pindaré-Mirim. Somente não

consegui esquecer o nome do Manuel da Conceição, que era líder camponês do Maranhão e com quem convivíamos, eu e minha companheira Solange Soares Nobre.

As minhas datas não são precisas, sei que fui preso em Salvador, no dia 22 de outubro de 1973, e sei que ainda nos interrogatórios no Quartel do Barbalho, um dos torturadores me chegou aos ouvidos e disse – “Zé Carlos e Gildo, já era”. Isso aconteceu no dia 29 de outubro, portanto revendo as datas, quando fui levado de avião da FAB para a tortura em Recife, já não queriam saber nada de Zé Carlos da Mata Machado e Gildo Macedo Lacerda, porque tinham sido assassinados no dia 28 de outubro, conforme fiquei sabendo depois. Queriam vingança mórbida por ter eu escapado do IPM, do Inquérito Policial Militar, de Minas Gerais, por saberem que eu estive no trabalho camponês da Mata da Jaíba lá no norte de Minas, e do interrogatório sobre o Vale do Pindaré-Mirim, no tempo da repressão no Maranhão.

Por que depois de passar pelo risco da tortura, me apresentar, cumprir pena, me legalizar, voltei a manter contato com a Ação Popular? Logo que saí da prisão, recuperei meus documentos pessoais, senti a necessidade de visitar o irmão Nilmário, que cumpria pena de anos em São Paulo, e para ter acesso ao Tiradentes, recorri aos velhos companheiros e colegas de Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, os advogados Joaquim Martins e Anatólio Aranha; eles me facilitaram o acesso ao irmão e me passaram um recado, Zé Carlos precisava de minha ajuda. Estava no Nordeste e sempre passava pela Bahia, em 1973 eu o recebi em meu apartamento, em Salvador, na Baixa do Bonfim. As notícias não eram boas, o cerco da repressão era visível, havia evidências de que estava sendo vigiado, ele precisava de ajuda e o ajudei. Ao reencontrar Zé Carlos, antigo companheiro de militância na Faculdade de Direito, encontrei Gildo Lacerda.

Minha história de militância política está ligada à de Gildo e Zé Carlos, ambos assassinados naquele outubro sangrento. Fomos às ruas juntos nas passeatas estudantis contra a ditadura. Eu e Gildo fomos denunciados e incorporados ao IPM dos 37 militantes da Ação Popular em 1969, famoso em Minas Gerais pela violência extremada das torturas nos interrogatórios, principalmente contra as mulheres. Nós dois escapamos do cerco e entramos na clandestinidade. Ocupamos, em momentos diferentes, mas bem próximos, o mesmo aparelho da rua Oswaldo Cruz, 611, no bairro Gameleira, em Belo Horizonte. Nós dois fomos condenados na farsa do tribunal da Justiça Militar da 4ª CJM, sediada em Juiz de

Fora, condenados à revelia, portanto sem direito de defesa e com base em depoimentos de terceiros tomados na tortura.

O processo rude e simplório como a ideologia militarista chegou ao fim em abril de 1972. Estão nos registros: Gildo Macedo Lacerda, 21 anos, codinome Frederico, Fred, foragido, foi o 17º denunciado como dirigente regional da Ação Popular, responsável pelo movimento estudantil. Oldack Miranda, 24 anos, codinome Vicente, denunciado por tentar sublevar os camponeses da Mata da Jaíba, norte de Minas. Com tais ligações políticas, foi natural receber em minha casa outro velho amigo de militância em Belo Horizonte, Gilberto Prata, a pedido de sua irmã, Madalena Prata Soares, mulher e mãe dos filhos de Zé Carlos, ela também na clandestinidade, acreditei na conversa dele. Prata morava em Salvador porque supostamente tinha tido problemas no casamento e queria se afastar de Goiânia. Morava na Ladeira da Independência, 54, e passávamos juntos alguns fins de semana, com minha prisão em 1973, perdemos o contato.

Somente em 1984, 10 depois, quando ele decidiu confessar sua participação como agente da repressão à caça de Zé Carlos e Gildo é que fui descobrir a extensão da tragédia. Por solidariedade, acolhera em minha casa um traidor, um sujeito que entregara para a morte seu próprio cunhado. E como fez com seu cunhado, Zé Carlos, entregara para a morte Gildo e muitos outros militantes revolucionários, Paulo Stuart Wright, Eduardo Collier, Humberto Câmara, Fernando Santa Cruz, Honestino Guimarães...

Em 1993, estes fatos tornaram-se públicos depois que Gilberto Prata prestou depoimento na Comissão Externa sobre Mortos e Desaparecidos da Câmara Federal. Passei a conviver com este sentimento de pesar e ódio por ter sido envolvido pessoalmente na trama, porque recebi dentro de uma correspondência familiar, chegada pelos Correios, um pedaço de papel fazendo referência ao número 54 da Ladeira da Independência - o endereço de Gilberto Prata. Na época, dei o alarme, percebi que todos estávamos sendo vigiados, mas logo em seguida veio à operação militar do dia 22 de outubro, com as prisões em São Paulo, Bahia e Pernambuco, senti muito ódio, mais ódio que medo. Nunca consegui me libertar desse baixo sentimento. Nunca alcancei a grandeza espiritual do professor Edgard, pai do Zé Carlos, que dissera haver perdoado os assassinos de seu filho, eu nunca os perdorei. Nunca perdorei a traição de Gilberto Prata!

Sempre me lembrarei do professor Edgar, em cuja residência à rua Alagoas, 716, Bairro dos Funcionários em Belo Horizonte, eu e Zé Carlos fazíamos reunião do núcleo

da AP na Faculdade de Direito da UFMG, planejando a campanha do voto nulo do Movimento Contra a Ditadura, isso na casa do deputado federal pelo MDB, Edgar da Mata Machado, eleito em 1966 - um chute na cara da ditadura - cassado pelo AI-5 em janeiro de 1969. Eu me emocionei ao ler a sua mensagem bíblica de despedida ao filho: “Tendo vivido pouco, cumpriu a tarefa de uma longa existência”. O mesmo podemos todos dizer de Gildo Lacerda. Agora, passados 40 anos, novamente recorro a uma citação atribuída pelo Mestre Edgar ao pintor e escritor francês Léon Bloy, em homenagem aos inesquecíveis companheiros Zé Carlos e Gildo eu afirmo – “*souffrir passe, avoir souffert ne passe jamais.*” - Sofrer passa, ter sofrido não passa nunca. (palmas)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Embora todos esse depoimentos estejam gravados, se vocês puderem ceder os textos, seria importante. Amelinha Teles.

A SRA. MARILUCE MOURA – Amelinha eu queria pedir que, depois que você falasse, o Emiliano falasse um pouco também.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Você prefere que o Emiliano fale antes ou não? Por que como ele chegou depois para ele se organizar um pouco. Amelinha.

A SRA. AMELINHA TELES - Bem, boa tarde, em primeiro lugar eu queria agradecer muito à família da Mariluce, Tessa, Nara, Eliza, e todos os demais que estão aqui, todos os parentes, todos os familiares, porque eu sou... eu tenho uma atuação, desde a época da luta pela Anistia, eu luto, eu faço parte de uma Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos políticos que luta pelo reconhecimento, pela busca dos corpos, pela busca da verdade, pela busca da justiça. Então eu gostaria que todas as famílias se indignassem com essa injustiça e que pudessem vir aqui na Comissão da Verdade, como vocês fizeram agora, denunciar mais uma vez os horrores da ditadura e reivindicar sim a localização dos restos mortais, a apuração dos crimes cometidos pelos agentes do Estado, a apuração desses crimes

e punição dos torturadores. Eu acho que é o mínimo que os familiares podem fazer, porque os horrores são de um tamanho que a cada... Aqui nós tivemos por volta de 90 Audiências, ou melhor, essa é a 90ª Audiência, e aqui nós ouvimos por volta de, eu imagino 350 ou mais pessoas, por que cada Audiência há vários depoimentos. E a cada desaparecido, a cada caso de um desaparecido político aqui apresentado, são apresentados horrores, horrores e tragédias, e tragédias que aconteceram com o desaparecimento do militante ou da militante política, mas também as consequências que isso trouxe para aquela comunidade, para aquela família. Hoje muitos desses crimes, desses fatos são revelados em cada Audiência.

Eu queria trazer aqui, nós da Comissão de Familiares, e hoje eu sou da Comissão da Verdade também, e sou da Comissão da Verdade porque sou da Comissão de Familiares. Sou da Comissão de Familiares porque fui presa política e tive toda a minha família presa, sou testemunha de um assassinato político dentro do DOI-CODI do 2º Exército, comandado pelo Carlos Alberto Brilhante Ustra; nós temos essa ação. A família Teles tem essa ação contra e exigindo do Estado a declaração de que ele é torturador e conseguimos. Mas é pouco. É pouco diante da tamanha injustiça feita contra a sociedade brasileira. Porque cada crime, aqui foram denunciados vários crimes, o assassinato e o ocultamento do cadáver de Gildo Macedo Lacerda, e quantas pessoas que são testemunhas, que assistiram ou que sofreram as consequências e que estão sofrendo até hoje, não é?

Portanto eu queria... No nosso trabalho a gente tem feito esse livro aqui que vou mostrar a vocês. Esse livro aqui que pesa 2,5k e que é a síntese de pesquisas que a gente tem feito durante mais de 30 anos, porque é desde a época da Anistia. Nesse processo, processo que eu digo de pesquisa, de investigação, de denúncia, de reunir, de trazer, de preservar essa memória, no sentido de honrar a memória dos desaparecidos, de honrar a memória desses militantes, fazer justiça com esses militantes é que eu conheci a Mariluce e a Tessa, conheci nesse processo, esses vai e vens de nossa luta. E eu queria lembrar a vocês que, aqui neste livro, a gente traz uma denúncia que foi feita, quer dizer, enquanto nós... Porque a Tessa fez a pergunta, a Mariluce fez a pergunta, por que mataram o Gildo? E eu ainda pergunto assim – por que mataram e esconderam o corpo? Por que não entregaram o corpo? Por que, como disse a Tessa, mataram duas vezes? Matam todos os dias o Gildo, todos os dias, isso é um crime permanente, é um crime continuado; tanto é que o próprio Ministério Público hoje consegue entrar com ação criminal contra torturadores como o Ustra, como o Ulisses Maciel, e outros como o Major Curió, por conta desse crime continuado.

Portanto eu vi aqui... Que nós temos aqui nesse trabalho nosso de pesquisa e de juntar pedacinhos da história, nós temos aqui que houve uma reunião com os Generais Ernesto e Orlando Geisel, Milton Tavares, que por sinal até hoje tem um viaduto aqui com o nome desse homem e isso tem que ser mudado, não é possível ficar assim, Antônio Bandeira; e o Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, em maio de 1973. Eles fizeram uma reunião e nessa reunião eles redefiniram as diretrizes da repressão política, cujo principal objetivo era: “a utilização de todos os meios para eliminar, sem deixar vestígios, as guerrilhas rurais e urbanas de qualquer jeito, a qualquer preço”. Isso está escrito na ata da reunião em maio de 1973, olha só. Nós não sabíamos, provavelmente nem o Gildo sabia, nem eu sabia, eu não sabia, eu estava presa, inclusive, estava no DOI-CODI. E essas decisões estavam sendo tomadas. E vamos ver na ata também está escrito que foram constituídos dois grupos ultrassecretos, um no CIE – Centro de Informações do Exército, de Brasília, e outro no DOI-CODI de São Paulo, formados por menos de 10 pessoas. Eles estavam autorizados a assassinar e sumir com os corpos e foram responsáveis pelo desaparecimento de pelo menos 80 presos políticos entre 1973 e 1975, conforme a nossa pesquisa e que pode se estender por muito mais, um número ainda maior.

Então quer dizer a ordem era matar o Gildo, a ordem era essa. A ordem era esconder o corpo, não deixar vestígios, e ainda tiveram que deixar vestígios, porque tiveram testemunhas. Porque há muitos que nós não achamos nenhum vestígio, nós não achamos o fio da meada para trazer à tona aqui a história, para contar essa história pelo menos dos últimos dias desse militante.

Então eu queria, para concluir aqui, eu queria dizer o seguinte, o Brasil foi condenado, o Brasil foi condenado em 2010, o Brasil é obrigado a localizar os restos mortais. O Estado brasileiro é obrigado, está devendo, está devendo sim. A Comissão Nacional da Verdade, a Comissão Estadual, as Comissões da Verdade, elas têm que, no mínimo, indicar essa obrigatoriedade em seus relatórios, têm o dever de fazer isso. O Adriano abriu aqui essa Audiência falando em memória, verdade e justiça. Estamos trazendo a memória com dificuldade, como disse a Mariluce, muitos de nós estão morrendo, nossa geração já está velha, e é essa geração que testemunhou esses fatos e já está indo e não são só os amigos do Gildo, amigos de todos aqui e muitos já foram. A verdade é que tem que abrir os arquivos, tem arquivo sim e a gente sabe que esses arquivos estão escondidos, essa história tem que ser revelada, tem que ter esse esforço dos representantes do Estado, do Governo brasileiro, em abrir os arquivos militares, essa bandeira é super atual.

E justiça. A Comissão da Verdade tem que entregar esse relatório para o Ministério Público Federal para que dê continuidade, nós não podemos diante desses fatos dizer: “Ah! Já passou tanto tempo” e permitir e impunidade que traz consequências para os dias de hoje. Hoje se criminalizam os movimentos sociais, hoje a repressão política, de uma certa, forma nas ruas está presente, ainda temos muitos resquícios da ditadura dentro do Estado Democrático de Direito nós temos que erradicar isso, nós queremos democracia para valer. Muito obrigada. (palmas)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Agora o companheiro Emiliano José veio mais uma vez da Bahia para contribuir com a nossa Comissão, veio fazer um depoimento importantíssimo outro dia, sobre filme, o livro... E agradecer, mais uma vez, ao Emiliano por ter vindo aqui contribuir com a nossa Comissão. Com a palavra o companheiro Emiliano José.

Emiliano eu só queria fazer uma... Você que é uma pessoa tão importante a todos nós e está na política atual, queria entender uma coisa, Emiliano, lógico que hoje vamos falar do Gildo, mas se você pudesse para concluir fazer uma fala mais política, da nossa tradição da Esquerda, na época da Resistência a gente nunca imaginava que pudesse pela via pacífica, pelas eleições, chegar à Presidência da República. E todos os dias, como se a gente estivesse diante de um oráculo grego, para pegar a deixa que a Tessa fez do Creonte, a gente ficasse diante de um oráculo grego, orando, num mantra repetitivo “pela abertura dos arquivos, pela abertura dos arquivos”. Mas como se fosse um passe de mágica a Esquerda chegou ao Governo, aprendendo as velhas lições chegou ao Governo, mas não chegou ao Poder. E faz 10 anos, ou se alguns quiserem contar o Período Fernando Henrique, faz quase 20 anos que diversas formas de Esquerda chegaram a Poder, ao Governo. E por que nós temos que continuar implorando, se esse Governo cria uma Comissão da Verdade, ao criar a Comissão da Verdade, por que não chega para os militares? Por que na chega para o Itamaraty e fala: “abram os arquivos da Operação Condor. Militares abram seus arquivos. É uma ordem e orientação da Comandante em Chefe das Forças Armadas, que os militares devem submeter à democracia abrindo os seus arquivos?”.

Portanto é uma reflexão que estamos fazendo aqui, e como você é uma pessoa muito articulada, muito companheiro e discute claramente as ideias políticas, além dessa contribuição para a família do Gildo, que você pudesse fazer alguma reflexão nesse sentido.

No mais parabéns e muito obrigado por tudo o que você representa. Muito obrigado, Emiliano.

O SR. EMILIANO JOSÉ – Minhas companheiras, meus companheiros, estas... e cumprimento toda a Mesa aqui, que são amigos todos muito queridos, e o faço de modo especial nas pessoas de Mariluce Moura e de Oldack Miranda.

Mariluce é minha amiga há 43 anos, nós nos conhecemos no início de 1970, eu era dirigente dela de alguma forma porque dirigente de AP e desde lá construímos uma relação de amizade profunda. Às vezes separados, em nosso caso, pelos 4 anos de minha prisão e depois pelas andanças da vida, mas sempre juntos. É uma amiga muito querida, uma companheira de um valor extraordinário, além de ser colega de escrita, além de ser uma excepcional jornalista, foi com ela que eu comecei a escrever o “Lamarca”, “Lamarca, o Capitão da Guerrilha”, que terminou comigo e com Oldack Miranda, eu tive os primeiros insights vindos dela, e depois então nós seguimos adiante e concluimos o livro, portanto é uma amiga de... E tive a honra de fazer a orelha do livro “A Revolta das Vísceras”, que é um documento extraordinário e com toda a capacidade dela ficcional também daquele período e que revela muito do estado de alma daquele momento, e do estado de alma do país, “A Revolta das Vísceras”.

E Oldack que eu conheço desde 1974 quando saí da prisão, e até hoje compartilhamos das mesmas lutas e dos mesmos ideais. Naturalmente cumprimento o Deputado Adriano Diogo pelo excelente trabalho que ele tem feito aqui à frente dessa Comissão.

Aqui no Plenário estão amigos queridíssimos. Minha querida amiga Clara Charf, que também me honra muito por tudo o que tem feito junto comigo, escrevi o “Marighella” graças à participação dela no livro sobre Marighella. Agora há um outra obra extraordinária do Mário Magalhães sobre o velho Marighella, mas foi ali que se abriu a porta para começar a ser estudado o Marighella e a sua contribuição à vida política e revolucionária brasileira. Está aqui Otto Filgueiras que é um companheiro lá de trás também, da AP, lá de muitas décadas, também companheiro de luta e da AP. Aqui estamos juntando vários da AP, eu, Mariluce, Oldack, Otto, Zezé, Eládio, estamos fazendo... Anivaldo Padilha, estamos fazendo uma ativa, Elza, estamos fazendo uma ativa da AP aqui de alguma

forma. Vários militantes da AP aqui presentes. Esses últimos momentos foram para mim momentos muito duros. Eu não sou um sujeito, e não é elogio, talvez seja um defeito, eu não sou sujeito muito frágil e isso não é qualidade, talvez seja armadura de que nós fomos obrigados e nos vestir para enfrentar o que enfrentamos, mas de ontem para cá este foi uma... eu estou com... E olhe que faz tempo que não me doí, eu estou com os ombros muito doendo, a coluna aqui muito doendo, aqui atrás doendo, porque foram momentos muito belos e trágicos os que vivemos nas últimas horas.

A Anistia ontem do Oldack Miranda, da Zezé e do Aton Fon Filho foi um momento muito forte para mim. Eu sou muito amigo da Zezé e também do Oldack, foi um momento raro de lágrimas para mim, muito raro, eu tenho uma dificuldade danada de chorar e já disse que isso é um problema, não é uma solução, mas no momento da fala da Zezé especialmente ontem eu desabei junto com ela. Pelo que significou a ela aquele momento de tirar um peso de 40 anos de uma mulher clandestina em seu próprio país. Zezé até ontem era clandestina no Brasil. Zezé até ontem eram 3 mulheres, ela era 3 e transformou-se em uma ontem com a Anistia. As marcas que a ditadura vai deixando ao longo do caminho, nós os que fomos presos e torturados ficamos com marcas que nunca vão ser afastadas de nossa vida, não tem como essas máscaras e marcas, por que nós construímos máscaras para suportar o que são as marcas e as cicatrizes profundas que estão em nossa alma e que não vão sair, eu não tenho essas ilusões. Quem passou pelo que nós passamos as coisas estão aqui, presentes no corpo, e não tem jeito de não se manifestarem no corpo, e na alma e aí mais profundamente ainda, portanto as últimas horas foram muito fortes.

E foi muito forte o que ouvi aqui hoje. Embora a gente conheça, conheço, está aqui, Mariluce eu sei de tudo, de Gildo, eu sei de Mariluce, sei de Tessa. Eu brincava, não vou dizer tudo aqui, mas eu brincava com Mariluce que eu vi Tessa com 2, 3 anos, eu carreguei Tessa nos braços, não vou dizer o que disse do resto não, mas eu vi Tessa menininha, assim, e aí vejo essa mulher linda, bonita, o marido está aqui naturalmente, mas isso é um elogio, cadê o marido de Tessa? Está ali, uma mulher linda, assim, majestosa e sábia, porque a fala dela é uma fala emocionante e de quem enveredou pela filosofia para entender o mundo, não dever ser acaso, mas ela foi lá ao fundo da ancestralidade para buscar as razões do, eu chamo assim, do demasiadamente humano que é a tortura no mundo. Porque às vezes nós dizemos assim: isso é inumano! E eu digo: isso é o mais humano que tem, a tortura é do humano! A tortura é do humano, não é desumano, é humano que tortura, e apenas o humano que faz a tortura, os animais não torturam! E ela se naturaliza quase,

assisti a esse filme sobre a Hannah Arendt para entender o que é a tortura no mundo, e como ela se transforma num monstro, e isso Tessa disse, quando as ditaduras se apresentam como se apresentou a ditadura brasileira.

Mas ela continua aqui agora, Amelinha falou corretamente, continua matando para além das mudanças profundas que estão sendo feitas no Brasil, inegavelmente nós vivemos um período de maior mudança na nossa história no Brasil, inegavelmente irresponsavelmente, mas a nossa polícia é uma polícia de morte. É uma polícia da tortura, do assassinato, da matança de jovens pobres e negros no Brasil, continua a ser. Portanto esse é um momento para mim muito forte e que me tocou profundamente hoje aqui, ontem e eu quero dizer que estou marcado por esse momento, porque eu não esperava. Esperava até ver Zezé chorar, nunca imaginava ver Oldack chorando porque ele é o tipo duro, sujeito rigoroso, bravo, e tal, e de repente Oldack também desaba; porque ninguém é duro, ninguém tem uma couraça que não é ultrapassada pela violência das emoções quando você vai buscar o que lhe aconteceu. Cada um de nós foi transpassado pela espada e às vezes pelo choque. Eu me lembro que durante 6 meses na cadeia eu sentia um choque, depois da tortura, o choque me acordava à noite como um raio, e eu não entendia aquilo, mas era como se fosse um choque mesmo e durante 6 meses eu sentia o choque e acordava à noite. Porque o choque é o que o Oldack lembrava ali como é, é uma coisa que transpassa a alma da gente, a espada nos atravessa, na tortura.

Eu estava na cadeia quando Gildo é preso, na cadeia a gente sabe das coisas mais rapidamente do que os que estão fora, mais rapidamente, e eu disse: bom daqui a pouco Gildo estará aqui conosco, imaginava assim, e aconteceu o que aconteceu. Eu escrevi um capítulo no último... Eu já havia publicado no site da “Carta Capital” em novembro de 2008 um artigo chamado “Outubro Sangrento”, está nesse último livro meu, “Golpe, Tortura e Verdade”, que é um livro... é o quarto da série “Galeria F – Lembranças do mar cinzento”, é um capítulo sobre o Gildo e a morte dele, a prisão da Mariluce, a prisão do Oldack e tudo isso. Eu intercalo este texto com alguns pequenos, pequenas frases tiradas do livro da Mariluce, “A Revolta das Vísceras”.

Eu vou terminar lendo esses trechinhos, não sem antes comentar algumas coisas que foram ditas aqui. Como nós temos uma transição demorada, como o tempo... nós estávamos falando não dos nossos pais que morreram, minha mãe não, está viva, mas quantos companheiros já morreram não pela tortura, mas pelo tempo. E nós estamos sendo

necessariamente obrigados a continuar a discutir ditadura para revelar tudo o que ela significou, e Amelinha tem razão, ainda vai terminar muito até que nós consigamos revelar tudo, ainda tem um longo caminho pela frente, longa caminhada pela frente. E creio que nós estamos caminhando, tudo isso aqui, esse trabalho dirigido e comandado aqui pelo Deputado Adriano Diogo, tem uma importância extraordinária, eu não subestimo nenhuma das iniciativas, e se multiplicam as Comissões da Verdade pelo país inteiro. Ontem foi implantada a Comissão da Verdade da OAB, lá em Salvador. Há a Comissão da Verdade, eu fui, implantada em Vitória da Conquista da Câmara Municipal, há Comissão da Verdade do Estado da Bahia, implantada agora por Joviniano de Carvalho Neto, Anivaldo sabe e vai lá se implantou, a Comissão da Verdade da Universidade Federal da Bahia, A Comissão da Verdade da Universidade Federal do Recôncavo, estou dando exemplo da Bahia. E essas Comissões se multiplicaram pelo país inteiro em busca da memória, da verdade e da justiça.

Amelinha outra vez tem razão, nós teremos que exigir justiça! Eu digo que é tudo importante o que está sendo feito, eu não subestimo nada e nem tenho nenhuma atitude desesperançada “não, nada dá certo”, está sendo feita muita coisa, e a Comissão da Verdade Nacional é um trabalho extraordinariamente importante, para além das querelas, das pequenas questões, das intrigas individuais que apareçam, o que seja, é um trabalho fundamental para nossa história e para que se dê consequência à justiça. Para que se levante a memória, a verdade, para que haja justiça! Não sei quantos vamos poder alcançar porque muitos já morreram, mas há aí a luta e têm vários ainda vivos, que pelo menos deveriam ir para o banco dos réus, para serem julgados com todas as regras que nós vivemos, mas que sejam julgados.

Vamos admitir da hipótese de serem absolvidos, então vão ser absolvidos, agora tem que ir para o banco dos réus. Se o Ustra é acusado e nós sabemos que verdadeiramente, de ter matado 50 pessoas, pelo menos, ele tem que ir para o banco dos réus. O Videla acabou a vida na prisão e morreu numa privada! Morreu preso. E não é um puro sentimento de vingança como às vezes querem... É apenas justiça, é honrar os nossos mortos, os nossos desaparecidos e punir os crimes! É isso que eu acho que é um trabalho, e volto a dizer malgrado se queira fazer comparações, e são verdadeiras, com Argentina, com Chile, com Uruguai, com o que seja, mas mesmo que eu preferisse que fosse muito mais rápido e muito mais duro até o processo, as coisas não são assim, e da correlação de força do país. Nós estamos avançando, avançando muito, e nós não podemos, e Amelinha outra vez tem razão, nós não podemos é descansar, dizer “não está tudo indo bem”, tem que brigar e

brigar mais para que as coisas sejam apuradas e devidamente julgadas, nós vamos ter que chegar a isso.

Eu então leio esses trechinhos porque considero que eles sejam reveladores, do livro da Mariluce que eu acho excepcional e ainda bem que ela vai fazer umoutra edição agora. É um livro que eu creio, creio mesmo, que é um pouco da catarse também de Mariluce, foi necessário para ela escrever para se libertar, se eu posso chamar assim, foi necessário escrever. Eu digo que eu me salvo um pouco, também, no meio disso tudo, por que escrevo demais, eu vou escrevendo, vou escrevendo, quando acabar a vida acabou, mas aqui eu vou continuar revelando o que puder, e vou continuar contribuindo para revelar o que foi esse período.

Então leio só para finalizar os trechinhos que eu intercalei nesse texto, o texto vocês poderão ler eventualmente adquirindo o livro. “Produzir...” Isso tudo é Mariluce, o livro dela.

“Produzir o visceral exige que se esqueça o instante em que recebeu o relógio dele. O relógio e todas as coisas. Bolsa, escova de dente, camisas, dinheiro, mas o relógio antes de tudo, o que marcava o relógio para sempre fixado nas três horas, que tempo para sempre ele parara, cessara de reproduzir, não mais referira porque não mais havia o tempo. Dura. Uma rocha queria ser uma rocha. Ah! Se não lhe doesse a nuca gelada queria ser fria, morta, anestesiada, insensível. Ah! Se não lhe ardesse, se não lhe batesse com furor o coração, com tanto furor que temia que não lhe vissem apenas a frieza e o ódio que eram para ser vistos. Tomou o relógio, olhou-o amorosamente, guardou-o na bolsa, recolheu o amor e levantou o rosto para fixar o homem que lhe devolvia os pertences.

Acordava de madrugada, havia sempre o medo de perdê-lo para alguma maldita prisão, e punha-se a olhar embevecida o corpo nu do seu homem. Às vezes ele acordava, respondendo a esse olhar e puxava-a para si em abraços amorosos: “o que há, Pretinha? Vem aqui, durma”.

Queria, meu amor, poder falar de prisão, torturas e assassinatos, e só posso falar como ecoaram em mim. Devo-lhe falar do meu medo, de que nossas cabeças reajam com naturalidade a essas coisas, por tê-las vistas em

excesso. Queria que você entendesse como tremo diante da possibilidade de estarmos já anestesiados diante de tanta violência. Porque concluímos, meio distraídos, que o mundo em que estamos vivendo é assim mesmo. Algo se harmonizar em nós sei que não é se anestésiar para a violência. Quando tenho insônia, meu amor, e é muito comum que eu a tenha, às vezes me surpreendo diante do meu próprio horror provocado pela conclusão primária de que foi o fato de eu ousar pensar diferente, e a tentativa de agir segundo esse pensar, que determinou o assassinato frio de tanta gente.

E por fim quero o meu medo e o meu horror em estado bruto, quero puramente senti-los, quero conservar toda a minha impotência para compreender essas mortes. Quero gelar, tremer, suar e chorar ao lembrar esses mortos, porque só assim posso crer que não mataram também inteiramente a minha sensibilidade.” (palmas)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Eu só, enquanto a Amelinha estava nominando o pessoal da AP aqui presente, eu queria dar uma informação. Tem uma história que estamos tentando concluir que é a história do operário Hirata, operário da Ford, e a sua irmã Helena está no Brasil, e nós estamos tentando contato com ela só através de e-mail, telefone ela não tem atendido, então se alguns companheiros da AP, principalmente o Filgueiras, que é um pesquisador profundo dessa história...

(se pronunciam da plateia, mas é inaudível).

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Além disso, se você pudesse fazer o contato com a Helena, é nós queríamos fazer uma Sessão do Hirata.

Bem voltemos à nossa, vamos nos concentrar na memória e na homenagem ao Gildo.

Alguém dos seus companheiros da época, das pessoas que militaram gostariam de fazer alguma fala? Alguém dos familiares, alguém mais gostaria, não é usual a gente

abrir, mas como há pessoas, Padilha, Elza, Filgueiras, enfim, todo mundo que está aqui, alguém mais? Não?

Então vamos concluir. Portanto eu estou primeiro agradecendo, acho que hoje foi um ato importantíssimo e embora formalmente não seja um caso de São Paulo, não seja um caso que é da nossa atribuição, digamos assim, atribuição formal, dos 154 casos de São Paulo ou das pessoas, nós agradecemos a você, Mariluce, e a toda a família pela confiança, pelo fato de ter feito esta Audiência aqui no âmbito da Comissão Estadual e a importância disso para que possamos continuar nesse trabalho de memória.

Só para concluir, eu queria dizer o seguinte, no dia 29, isso é importante, traz o cartaz Padilha, eu vou falar as 3 coisas. Dia 29, com toda a dificuldade da USP, da Escola de Química da USP, da Reitoria da USP, enfim, tudo que é lá na USP desse período é complicado, nós vamos tentar e fazer um ato de desagravo da memória da desaparecida Ana Rosa Kucinski e do seu marido Wilson Silva, no dia 29 de outubro, às 17h, lá no Instituto de Química, lá nos auditórios chamados de queijinho. Essa Audiência é revestida de uma importância capital porque a família Kucinski, Ana Rosa em particular, nem pela USP é reconhecida como desaparecida política, e até hoje consta que Ana Rosa abandonou o emprego.

No dia 30, por intercessão de Amelinha e de sua filha Janaína, nós junto com a Comissão Nacional da Verdade aqui estará a Senhora Pilar Calveiro. Pilar Calveiro é uma argentina que vem fazer o lançamento do livro “Poder Desaparecedor” sobre a ocultação de cadáveres... Pilar Calveiro ela é uma ex-presa política, esteve confinada num campo de concentração na Argentina, e escreveu o livro e vai fazer o lançamento. Ela vai ficar pouquíssimos dias no Brasil, e vai ser um dia muito importante, um depoimento inédito, portanto a Pilar Calveiro vai ficar apenas 3 horas conosco, ela vai chegar às 10hs, no dia 30, e sair à 1h da tarde. E finalmente é esse anúncio que está aqui, e que o Renan colocou.

E finalmente, dia 2, às 10h30 da manhã vai ter um Ato Ecumênico lá no Cemitério do Araçá junto das ossadas de Perus. Não tenho o cartaz para expor, mas dia 2 é importante, viu Mariluce, que todos nós estejamos lá, que o Padilha e outros companheiros estão organizando um Ato Ecumênico lá junto às ossadas de Perus.

Essas três agendas que estamos pedindo. O que depender de nossa Comissão aqui, por exemplo, rodar o livro, e tudo o que pudermos contribuir para que esse

documentário seja concluído até abril, acho que é fundamental que a gente assuma esse compromisso público de que esse documentário esteja concluído até... Pelo menos até a data do Golpe ou pelo menos até outubro do ano que vem que esse documentário esteja concluído.

Eu quero lhe devolver a palavra para você fazer... Anivaldo.

O SR. ANIVALDO PADILHA - Só para eu precisar a informação sobre o Ato Ecumênico, vai ser às 10h30 da manhã, no Cemitério do Araçá, junto ao Columbário onde estão localizadas as ossadas de Perus. Entrando pelo portão principal vai até o final e me parece que à esquerda, mas vai ter sinais indicando, só para localizar porque o cemitério é muito grande.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Se você quiser o Danilo te manda e você expõe antes. Mariluce vai falar? Eu queria dizer o seguinte, só... E a Mariluce faz o encerramento. Cada dia que faço uma Sessão da Comissão da Verdade, junto com essa Comissão maravilhosa, Amelinha, Renan, Ivan, Vivian, Thaís Barreto, o Ricardo Kobayashi e a Tatiana Merlino, a gente vai perdendo um pouco do medo, cada dia a gente vai perdendo um pouco de medo, não é? Há um ano... E cada dia, desde que o Ustra foi lá à Brasília e sozinho se desmoralizou, fez aquela lambança toda, ficou gritando, e foi acompanhado de 4 oficiais Gerais da ativa, nós estamos ficando mais corajosos. E no começo, a gente falava que, criada a Comissão da Verdade, embora tenha muita gente lá que é contra a judicialização, a justiça, cada dia a gente fica um pouco mais corajoso. Ótimo, já trouxe os cartazes que o Padilha pediu.

Portanto Mariluce eu queria aproveitar essa oportunidade, hoje é uma coisa de cerimônia familiar, da memória, é outra embocadura, mas pensando bem são 3 os Poderes da República: Executivo Legislativo e Judiciário. O Judiciário continua com essa posição retrograda do STF, essa posição atrasada do STF, em não querer julgar a Lei da Anistia. Tudo bem, mas qual é... Eu acho até que as Comissões da Verdade deveriam mudar de nome, não deviam chamar Comissões da Verdade, deveriam chamar Comissões da Memória, porque a verdade não apareceu. Portanto nós que somos do campo da Esquerda devíamos pedir que o Estado brasileiro, e em particular a Senhora Presidente da República,

que já foi presa, torturada, e teve seus companheiros mortos, que ela se pronuncie. Já que Justiça está proibido pela Corte Suprema do Brasil, que ela se pronuncie sobre a verdade, a verdade! Para que nós saíamos desse capítulo que Amelinha tão bem define, como o capítulo dos familiares, e a gente evolua para o segundo degrau que é a verdade. Para que haja a Comissão da Verdade nós temos que sair desse capítulo defensivo, choramingoso dos 40 anos das vítimas, e passemos por um degrau. Porque não adianta nada nós responsabilizarmos a Comissão Nacional da Verdade que é fraca, porque principalmente por causa da Lei que foi aprovada, onde os familiares não podem ter assento, e seus integrantes são contra a judicialização, que pelo menos o Governo brasileiro faça a sua parte e se pronuncie em relação à verdade. A verdade entendo a verdade. Quem foram os torturadores em que condições, quais as listas dos torturadores, quem estava, quais são benefícios. Essas questões têm que aparecer, e não é uma questão mediúnica, não é uma questão abstrata, é uma questão concreta, está lá. O dia em que o Poder Executivo exigir que as Forças Armadas e o Itamaraty abram seus arquivos, eles têm que abrir. Está bem?

Nós agradecemos essa belíssima organização, a todas as pessoas que vieram aqui, e que nós geremos essa cadeia de solidariedade. A Família Kucinski, imagina nós quase que vamos fazer um ato de fora para dentro, nós vamos invadir a USP, invadir o Instituto de Química da USP, para poder falar de Ana Rosa Kucinski, portanto...

Parabéns por essa organização, e tudo, tudo o que o Gildo e vocês semearam frutificou da forma magnífica, em uma família que vai lutar em memória de Gildo e de todos os brasileiros oprimidos. Muito obrigado. (palmas)

A SRA. MARILUCE MOURA - Eu vou encerrar rapidamente só agradecendo à Comissão da Verdade de São Paulo e a todos os presentes, e pedindo para encerrarmos como nós nos acostumamos, nós do campo da Esquerda, quando a gente fazia todas as homenagens, então eu vou chamar o nome de Gildo aqui e todos vocês vão dizer, como sempre, “presente”. Então, Gildo Macedo Lacerda.

PARTICIPANTES EM CORO – Presente

A SRA. MARILUCE MOURA - Gildo Macedo Lacerda

PARTICIPANTES EM CORO – Presente

A SRA. MARILUCE MOURA - Gildo Macedo Lacerda

PARTICIPANTES EM CORO – Presente

A SRA. MARILUCE MOURA - Muito obrigada! (palmas)

* * *

